

Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois

Joseph Comblin

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos Teologia Pública

Ano V – Nº 36 – 2008

ISSN 1807-0590

Responsável técnica

Cleusa Maria Andreatta

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

MS Ana Maria Formoso – Unisinos

Prof. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Prof. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Prof. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia

Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia

Prof. Dra. Maria Clara Bingemer – PUC-Rio – Doutora em Teologia

Prof. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia

Prof. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.unisinos.br/ihu

Cadernos Teologia Pública

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, culturas e religiões de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Busca-se, assim, a participação ativa nos

debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois

Joseph Comblin

1. A originalidade da Conferência Episcopal de Medellín

O documento de Aparecida proclama com muita força que quer situar-se em continuidade ao de Medellín. Esta afirmação alegrou a muitos católicos que tinham a impressão de que na América Latina a Igreja tinha se afastado de Medellín. No entanto, olhando com mais atenção os documentos das duas conferências, é impossível não perceber diferenças fundamentais.

O documento de Medellín pretendeu ser uma aplicação do Vaticano II para a América Latina. Porém, em Medellín a mensagem básica do Concílio estava na *Gaudium et Spes*. Além disso, Medellín era também uma aplicação do Pacto das Catacumbas, assinado por 40 bispos

numa catacumba de Roma no final do Concílio. Por esse Pacto, os bispos assumiam o compromisso de uma vida pobre a serviço dos pobres. Muitos dos que assinaram o Pacto eram bispos do Terceiro Mundo e havia entre eles um grupo importante de latino-americanos. Claro está que Dom Hélder estava na origem desse Pacto. Esse Pacto estava em ação no momento de Medellín, embora, por razões óbvias, nunca tenha sido mencionado.

A Cúria Romana estava desconfiando da proposta da Conferência de Medellín, ainda que Paulo VI a tivesse aceitado com muita satisfação. Mudou algo da programação da Conferência para reduzir o tempo de fala de bispos como Dom Leonidas Proaño, concedendo a metade do seu tempo a Dom Eugênio Sales, que, naturalmente, seria muito mais moderado. Também a Cúria Ro-

mana suprimiu da lista dos assessores quatro belgas, todos associados à Universidade de Lovaina, julgada perigosa. Eu era um dos quatro. Mesmo assim, a Cúria, representada em Medellín pelo cardeal Antonio Samoré, um dos três presidentes, não conseguiu orientar os debates e a redação do documento. Este foi publicado imediatamente no final da Conferência tal como tinha sido redigido pelas comissões. O cardeal Samoré não conseguiu suspender a publicação até que o texto fosse enviado a Roma para ser corrigido. De volta a Roma, o cardeal Samoré foi severamente castigado. Porém, o texto já estava nas mãos dos latino-americanos.

Depois da Revolução Francesa, que iniciou o processo de destruição da cristandade do Ocidente (romana) até o Vaticano II, os documentos da Igreja estavam centrados na reafirmação da identidade católica, identificada com a instituição, definida no Concílio de Trento e no apelo à conversão dos povos que se afastaram da Igreja. Achavam que a formulação do catolicismo integral levaria a uma conversão do mundo pecador este voltaria ao seio materno da Igreja. O movimento desejado era a conversão do mundo para a Igreja. E o mundo não se converteu.

João XXIII quis mudar essa orientação. Quis que a Igreja olhasse para o mundo de maneira mais positiva e

proclamou o fim da era das condenações. As condenações caíam sobre os católicos que procuravam uma aproximação com a sociedade nova nascida das revoluções modernas. João XXIII criou no Concílio um ambiente favorável a essa atitude, mas nem todos os que aprovaram os textos entenderam ou aprovaram interiormente. Por sinal, os textos conciliares são muito heterogêneos, porque a maioria quis dar satisfação à minoria conservadora e introduziu nos textos idéias que eram contrárias àquilo que se proclamava por outro lado. Cada um podia escolher os textos que lhe agradavam.

O Concílio foi avançando cada vez mais na orientação dada pelo Papa João XXIII, a qual foi reassumida por Paulo VI. O passo final e definitivo foi dado na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Nesta Constituição, a Igreja tomou como orientação o serviço à humanidade. Implicitamente, o tema dominante é uma conversão da Igreja para o mundo. Foi o que Paulo VI sublinhou e defendeu claramente no seu discurso de clausura. O centro era o homem, e a Igreja estava a serviço do homem.

Conversão do mundo à Igreja ou conversão da Igreja ao mundo? Este era o dilema.

Desde a introdução, o documento de Medellín define claramente o propósito da Conferência:

A Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral do seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico.

Assim sendo, não se acha “desviada”, mas “voltou-se para o homem”, consciente de que, “para conhecer Deus, é necessário conhecer o homem”. Pois Cristo é aquele em quem se manifesta o mistério do homem; procurou a Igreja compreender este momento histórico do homem latino-americano à luz da Palavra, que é Cristo. Procurou ser iluminada por esta palavra para tomar consciência mais profunda do serviço que lhe incumbe prestar neste momento.

Por outro lado, assim começa a introdução do documento de Aparecida:

Com a luz do Senhor ressuscitado e com a força do Espírito Santo, nós, os bispos da América, nos reunimos em Aparecida, Brasil, para celebrar a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Fizemos isso como pastores que querem seguir estimulando a ação evangelizadora da Igreja, chamada a fazer de todos os seus membros discípulos e missionários de Cristo, Caminho, Verdade e Vida, para que nossos povos tenham vida n'Ele.

Desde as primeiras palavras, a diferença é patente. Por um lado, o centro é o homem; por outro lado, o cen-

tro é a Igreja. Nos dois casos, havia uma opção de base e todo o trabalho das Assembléias consistiu em explicitar essa opção, examinando-a nos diversos aspectos.

Outra diferença importante aparece na metodologia adotada. Em Medellín, as 16 comissões praticaram o método *ver-julgar-agir*. Em cada assunto, o ponto de partida era *ver a situação*; depois disso, se buscava na revelação cristã a norma que se aplicava a essa situação, o *julgar*. Em seguida, vinham as recomendações pastorais para a ação: o *agir*.

No documento de Aparecida, o conjunto está dividido em três partes: uma trata do *ver*, outra do *julgar* e outra do *agir*. Algumas comissões examinam a situação, outras a doutrina e outras ainda examinam o agir. O resultado é que não aparece nenhuma relação entre o *ver*, o *julgar* e o *agir*. O agir não tem nada a ver com o *ver*, e assim por diante. Oficialmente em Aparecida, os bispos adotaram o método *ver-julgar-agir*, mas de maneira que não era operacional. Não se pode dizer que a doutrina é a resposta à situação da América Latina. Ela vale para qualquer lugar no mundo. Também o agir não é a resposta à situação social ou eclesial latino-americana.

Em Medellín, cada comissão redigiu o seu texto. Em Aparecida, o texto foi obra de uma comissão de redação. O resultado é que há mais homogeneidade de estilo

e de vocabulário, e mais coesão entre os temas no documento de Aparecida. Mas o discurso dos bispos fica apagado pelo discurso da comissão de redação. O texto é melhor, literariamente falando, e mais homogêneo, mas tem muito menos repercussão.

O documento de Medellín está, com certeza, centrado no tema da pobreza. Foi o prolongamento do Pacto das Catacumbas. Nessa opção, podemos discernir o reconhecimento da conversão de vários bispos e vários sacerdotes na América Latina que se aproximaram dos pobres, convivendo com eles, sentindo e vivendo os seus sofrimentos e as suas humilhações. Tudo isso já existia antes de Medellín. Já estava presente a trajetória de Dom Hélder e de vários bispos do Brasil que tinham feito opção pelos pobres. Já estava presente a luta de Dom Leonidas Proaño em favor dos índios no Equador, de Dom José Dammert no Peru, de Dom Samuel Ruiz no México, de Dom Enrique Angelelli na Argentina, e vários outros. Já estava presente a ida de vários sacerdotes para o mundo dos pobres em vários países. E havia a presença de Paulo VI animado pelo Concílio e muito comprometido, exortando os bispos para um maior compromisso com os pobres.

Lemos no Documento de Medellín:

A Igreja da América Latina, dadas as condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas que a tornem um sinal mais lúcido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo (14. Pobreza da Igreja, 6).

Por isso, Medellín tinha acentos proféticos: “Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte” (14. Pobreza da Igreja, 2).

A educação será uma “educação libertadora”, “isto é, que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda servidão” (4. Educação, II, 1).

Medellín não tinha medo da palavra “libertação”. Usou-a muitas vezes, sem nenhum adjetivo. Adotou o tema da libertação quando a Teologia da Libertação ainda não existia. Quem lançou a Teologia da Libertação foi a Conferência de Medellín. Isto nunca foi escondido e todos os teólogos tomavam Medellín como referência privilegiada.

As recomendações práticas eram inspiradas no mesmo espírito. As palavras dos bispos tinham força por-

que expressavam a vida real de pelo menos uma minoria ativa que foi a alma da Conferência. Vários bispos tinham passado por uma verdadeira conversão, como Dom Hélder em 1955.

Quanto aos sacerdotes, os bispos disseram: “Estimularemos os que se sentem chamados a compartilhar da sorte dos pobres, vivendo com eles e trabalhando com suas próprias mãos” (14. Pobreza da Igreja, 9a).

Quanto à pastoral das elites, a posição foi de que “esta evangelização deve ser relacionada com os sinais dos tempos. Não pode ser atemporal nem a-histórica. Com efeito, os sinais dos tempos observados em nosso continente, sobretudo na área social, constituem um ‘da-do teológico’” (7. Pastoral das elites, II, 2).

O documento de Medellín também não tem medo da palavra “justiça”. O uso ou não da palavra justiça é um bom sinal de identificação. As classes dirigentes têm horror da palavra justiça. Elas se sentem desafiadas. A pobreza ainda é uma palavra aceitável, mas nunca quando está associada à palavra justiça. É um bom exercício buscar quantas vezes um documento usa essa associação pobres-justiça. A opção pelos pobres não assusta tanto quando não está associada à palavra justiça.

A repercussão de Medellín foi extraordinária. A Conferência de Puebla pretendeu situar-se em continuidade com Medellín: “nos situamos no dinamismo de Medellín, cuja visão da realidade assumimos e que se tornou fonte de inspiração para tantos de nossos documentos pastorais da última década” (Puebla, n. 25).

José Marins fez um estudo dos documentos inspirados por Medellín até Puebla. Cita 457 documentos de conferências episcopais ou grupos de bispos que se inspiraram explicitamente no documento de Medellín. Na frente, está o Chile com 70 documentos. Em seguida, vêm a Bolívia com 53, Brasil com 50, El Salvador com 41, Colômbia com 33, e Argentina com 30.¹ Era previsível que o Documento de Medellín não suscitasse apenas adesões. Foram-lhe feitas também críticas. As mais fortes saíram do próprio Celam, cuja direção foi radicalmente mudada em 1973, sobretudo pela ação de Dom Alfonso López Trujillo, secretário geral e organizador da Conferência de Puebla. O grande argumento repetido sem cessar foi que Medellín tinha sido mal interpretado. Na idéia dele, a Conferência de Puebla devia retificar as falsas interpretações de Medellín.

Em Puebla, não se produziu a retificação esperada. Em muitos aspectos, Puebla explicitou mais o que

¹ José Marins e Equipe. *De Medellín a Puebla. A práxis dos padres da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1979.

estava em Medellín. Porém, o argumento da falsa interpretação de Medellín teve longa vida nos ambientes conservadores.

Muitos historiadores, observadores, sociólogos, teólogos ou pastores tiveram a impressão de que em Medellín a Igreja latino-americana atingia a plena maturidade. Pensou e falou em nome próprio. Olhou para si mesma com os próprios olhos e não por olhos de outros. Foi além do Concílio Vaticano II, sobretudo na questão pobreza. João XXIII queria que se proclamasse a Igreja dos pobres. Apesar dos esforços do cardeal Lercaro, não conseguiu ser entendido. Mas o tema foi assumido pelos líderes do Episcopado latino-americano e foi a alma e o centro da Conferência de Medellín. A Igreja latino-americana tomou uma atitude própria que lhe deu no mundo uma figura muito especial.

2. O contexto histórico

Medellín aconteceu num momento determinado da história o que não deixou de influenciar o conteúdo da Conferência e os seus resultados.

Em primeiro lugar, o mundo estava na fase da ideologia do desenvolvimento. O Papa Paulo VI acabava de

publicar a encíclica *Populorum Progressio*, que era a palavra oficial da Igreja nesse assunto do desenvolvimento. A encíclica tinha sido bem acolhida não somente na Igreja, mas também no mundo ocidental em geral. A ideologia do desenvolvimento era muito otimista e imaginava que o desenvolvimento poderia ser realizado em pouco tempo pela adoção do modelo ocidental de economia e de política e também com a colaboração dos países desenvolvidos.

O mundo mudou. Hoje em dia, a ideologia do desenvolvimento é um engano pelo qual os países mais poderosos querem submeter os países pobres ao seu domínio. Verdadeiro desenvolvimento não houve, mas houve crescimento da dependência econômica com relação às multinacionais e aos países dominantes.

Em Medellín, os bispos usaram o tema do desenvolvimento e também a libertação, sem perceber claramente a oposição entre os dois temas, como se a libertação pudesse se realizar dentro do modelo de desenvolvimento.

Também naquele tempo ainda existia uma confiança ingênua nos países dominantes. Hoje em dia também isso mudou. Ainda existem programas de ajuda ao desenvolvimento, mas esses programas são uma mínima parte da contribuição dada pelos pobres aos ricos. Em Medellín, ainda achavam que os países ricos

podem ou querem ouvir o grito dos pobres. Hoje em dia isto desapareceu.

Por outro lado, o projeto de globalização neoliberal ainda não se aplicava na América Latina. Por isso, esse projeto não podia ser contemplado naquela época.

Os anos 1967-1968 foram os anos da grande revolução cultural nos países dominantes, revolução realizada pelos estudantes. Esses países estão lembrando esses acontecimentos, cuja maior manifestação foi o maio de 1968 em Paris. Essa revolução desacreditou todas as instituições e todos os sistemas de autoridade: o Estado, a Universidade e todas as organizações sociais, com fortes repercussões na Igreja, com a famosa saída do clero.

Na América Latina, houve movimentos de estudantes semelhantes, embora com menos extensão e menos resultados nas instituições. Logo vieram os governos militares, que destruíram os movimentos estudantis. A revolução dos estudantes era também uma forte afirmação de nacionalismo, pois este despertou nos anos 1960.

O movimento estudantil foi mais forte no México. Nunca se explicou claramente quantos foram mortos na massacre de Tlatelolco na capital federal. Foram muitos. No Brasil, a reação dos militares foi forte, e a revolução estudantil serviu como pretexto para o Ato institucional II.

Na América Latina, predominava a lembrança da revolução cubana e o advento do regime socialista. Acabava de morrer na Bolívia o Che Guevara.

Na Conferência de Medellín, a Revolução Cubana estava muito presente, embora nunca mencionada explicitamente, nas referências ao uso da violência para realizar a revolução e à juventude que busca a revolução violenta como em Cuba.

Naturalmente, a assembléia condenou a violência, mas acrescentou a rejeição da violência institucionalizada, o que atenua um pouco a condenação, tornando explicável o programa violento de tipo cubano.

O contexto eclesial era, naturalmente, o Concílio Vaticano II. Quando Dom Manuel Larraín foi pedir ao Papa a convocação de uma assembléia geral do Celam, seu propósito explícito era aplicar o Concílio Vaticano II. Na mente dele e na mente de vários outros bispos muito ligados ao Celam, não se tratava de uma aplicação puramente literal ou formal, mas realmente de uma releitura a partir da situação latino-americana, indo mais longe do que o Concílio em alguns assuntos relativos à presença da Igreja na sociedade latino-americana contemporânea.

Naquele tempo, ainda predominava o entusiasmo pelo Concílio e ainda não se tinha manifestado formas de resistência. Ainda não havia nascido a resistência, que se

manifestou nos anos 1970 na última fase da vida de Paulo VI. Naturalmente, a maioria da administração da Cúria permanecia na oposição, mas havia também na Cúria algumas personalidades que aceitavam o Concílio. A oposição ainda não se manifestava abertamente.

O Vaticano II orientou profundamente Medellín. Claro está que sem o Concílio de Medellín não teria sido possível. A idéia de necessidade de mudanças prevalecia e estava baseada no Concílio. Em Roma, alguns bispos latino-americanos não aceitaram o Vaticano II, mas eram uma minoria insignificante, assim como na Europa. Apareciam como fósseis de épocas superadas. A imensa maioria tinha votado todos os documentos conciliares. As conseqüências ainda não apareciam. Por isso, os bispos mais conservadores não se interessaram muito pela convocação do Celam. Assim, a maioria dos participantes da Assembléia faziam parte do grupo que queria transformações reais na Igreja, sobretudo na sua presença na sociedade.

Desde o século XVI, a Igreja estava identificada com o modelo social implantado pela colonização. A mensagem cristã não tinha nada para dizer sobre a sociedade a não ser o dever de obediência. Nas tentativas revolucionárias do século XIX e ainda da primeira metade do século XX, a Igreja esteve sempre do lado dos conser-

vadores. Já na década de 1950, ou um pouco antes, no Chile, por exemplo, com o padre Hurtado, começou a aparecer na Igreja uma atitude crítica, com relação à situação social e, por conseguinte, com relação à passividade da Igreja. Antes disso, diante dos movimentos liberais ou socialistas, a Igreja tinha sempre adotado uma atitude de condenação.

Depois da Segunda Guerra Mundial, alguns católicos, alguns sacerdotes e alguns bispos começaram a pensar que certas reformas sociais eram necessárias e legítimas, e que não se podia condenar *a priori*. O setor que mais sensibilizou foi a classe dos pequenos camponeses. A idéia de reforma agrária começou a aparecer e a se impor com mais evidência, apesar de uma forte resistência das classes dominantes, acostumadas a defender uma Igreja que era a garantia dos seus privilégios.

Em 1968, já havia começado no Chile um processo de reforma agrária e fortes pressões se faziam sentir em todos os países. Em Medellín, a idéia de reforma agrária já era aceita. Depois de Medellín, aumentou o número de católicos implicados na busca de uma reforma agrária. Houve tentativas no Peru ou no Equador, onde os militares eram mais abertos ao problema social.

No entanto, com o triunfo do neoliberalismo depois de 1970, a reforma agrária tornou-se cada vez mais

utópica. Hoje em dia já não se fala mais dela. Venceu o agronegócio. Está se acentuando o processo de concentração da propriedade e a produção para a exportação.

Em 1968, a maioria dos latino-americanos ainda vivia no campo. Desde então, quase todos fugiram para a cidade, expulsos dos seus campos, procurando sobreviver como refugiados, a maioria nas favelas. Os desafios atuais são diferentes e muito mais difíceis do que naquele tempo. E a dominação dos grandes é tão forte que conseguiu comprar todos os meios de informação, todos os governos, e destruir os movimentos sociais.

Estão nascendo novos movimentos sociais, mas ainda sem repercussões na sociedade, salvo na Venezuela, na Bolívia ou no Equador, talvez na Nicarágua. O tamanho dos problemas é tal que muitos se conformam com a tese dos dominadores de que qualquer alternativa é irrealizável. A voz da Igreja na área social tornou-se muito discreta. Ela lembra os princípios gerais de moral social, mas não convoca os católicos para uma luta de resistência e de conquista. A Igreja parece resignada. Para muitos, Medellín aparece como uma utopia condenada pela história. Por isso, a recente proclamação de continuidade com Medellín proferida no documento de Aparecida pode ser um sinal de uma mudança de atitude.

A questão que surge é a seguinte: os bispos de Aparecida se parecem com os bispos de Medellín? As suas palavras têm o mesmo valor que teve Medellín? Não tenho resposta, mas sei que a questão está na mente de muitos.

3. O modelo episcopal de Medellín

Dado o contexto, podemos dizer que o objeto central da Conferência de Medellín foi o próprio Episcopado. Os bispos quiseram examinar a sua própria atuação, o seu modo de viver e a sua ação pastoral na nova situação de América Latina. Queriam definir um novo modelo de episcopado, de acordo com as exigências da nova situação social da América Latina.

Estava implícito na consciência deles que as mudanças ocorrem de acordo com a sua vontade. A conversão da Igreja devia começar com a conversão do bispo. No centro das preocupações, havia um profundo sentimento de responsabilidade. Levavam muito a sério essa responsabilidade de aplicar as mudanças pedidas por Vaticano II e a sua própria responsabilidade dentro desse processo. Sabiam muito bem que não adiantava mudar o comportamento da Igreja no mundo se eles próprios não tomassem a iniciativa de mudar o seu modo de agir.

Na realidade, quando os bispos chegaram a Medellín, muitos já estavam praticando um novo modelo de bispo. Sentiam-se confirmados pelo Vaticano II, mas sentiam também que precisavam ser mais concretos. Não se sentiam completamente apoiados pelo Concílio. O Pacto das Catacumbas tinha sido um documento muito forte dessa aspiração a algo mais determinado e mais urgente, que desse apoio às suas atuações pastorais. Por exemplo, temos o modelo de Dom Manuel Larraín, que havia pensado e preparado Medellín, mas acabava de morrer acidentalmente. Todos tinham na memória a sua atuação no Chile. Havia o exemplo vivo de Dom Hélder Câmara, de Dom Leonidas Proaño, de Dom Samuel Ruiz, de Dom José Dammert e vários outros. Havia um grupo importante que sabia o que esperavam da Conferência, porque queriam que ela os confirmasse nas suas opções. A Conferência de Medellín tinha sido muito bem preparada, e as restrições impostas por Roma não puderam mudar o rumo da reunião.

Os bispos de Medellín aceitavam sem discussão o que tinha sido dito dos bispos no capítulo III da *Lumen Gentium*. Mas sabiam também que esse capítulo não expressava as suas preocupações. O Concílio estava preocupado, em primeiro lugar, com a relação entre os bispos e o Papa dentro da colegialidade. Antes do Concílio, mui-

tas vezes, se dissera que o Vaticano II precisaria completar o que o Vaticano I não teve oportunidade de expressar. O Vaticano I falou do Papa, mas não falou dos bispos.

O Vaticano II, como o Vaticano I, enxergava os bispos dentro da Igreja e não dentro do mundo. Tudo era *ad intra*. Por isso, o capítulo dos bispos define a sua missão dentro da Igreja: missão de magistério, ministério e governo de acordo com a doutrina tridentina, que não foi questionada, apesar dos desejos de uma minoria muito mais comprometida no mundo. Segundo a *Lumen Gentium*, os bispos não parecem ter nenhuma missão dentro do mundo. Estamos ainda dentro da perspectiva de cristandade: o mundo e a Igreja identificam-se. E as missões são apenas algumas coisas marginais que não influem no conjunto da Igreja.

Depois de Trento, a marcha do mundo foi entregue aos monarcas, que assumiram tudo e não permitiram que os bispos mexessem com assuntos sociais ou políticos, salvo para reforçar a política do rei. Depois da queda das monarquias, o Papa convocou os bispos para defender e salvar o que se podia salvar dos privilégios da Igreja na sociedade e da sua influência na cultura e na política. Os bispos entraram no mundo, mas para defender os interesses da Igreja e não para anunciar o Evangelho a esse mundo. Não saíam da perspectiva intra-eclesial. É verda-

de que, desde o século XIX, houve sacerdotes e leigos conscientes dos novos desafios e convencidos que era impossível voltar ao passado. Não foram levados a sério. Os religiosos foram o exército do Papa para defender os “direitos” da Igreja. De modo geral, os bispos ficaram reduzidos ao papel de administradores de Igrejas locais.

Os bispos de Medellín tinham outra experiência. Partiam do Evangelho e da sua missão com relação ao Evangelho. Achavam que deviam anunciar o Evangelho a um mundo tão marcado pela injustiça, pela crueldade, pela marginalização dos negros, dos índios e dos pobres mestiços em geral, enquanto todos os poderes estavam concentrados em poucas mãos que os usavam para aumentar as suas riquezas. Esses bispos inspiraram-se no exemplo dos antigos profetas e do próprio Jesus.

Nunca tinham pensado que a evangelização do mundo exterior fosse apenas tarefa dos leigos. Por experiência, sabiam que os leigos não se comprometem se o próprio bispo não se compromete. Sabiam que o Evangelho anuncia o reino de Deus, que é um novo mundo feito de justiça e de paz. Deviam anunciar esse Evangelho aos pobres. Era o que faziam, mas não encontravam apoio em documentos oficiais da Igreja: somente na Bíblia.

Entendiam a sua missão episcopal como imitação dos apóstolos e não como reprodução de um modelo es-

tabelecido na cristandade. Sentiam que Jesus se dirigia a todos sem se preocupar se eram bons judeus ou não. E Jesus denunciou e condenou com muita força os opressores do povo.

Os apóstolos nunca foram bispos de uma Igreja local. Foram enviados ao mundo inteiro coletivamente. O bispo local apareceu mais tarde, mas não coincide exatamente com o ministério dos apóstolos. Trata-se de uma redução do modelo dos apóstolos.

A ação do bispo no mundo atinge inevitavelmente uma área mais extensa dos que os limites de uma diocese. Daí o tema da colegialidade reaparece. Acontece que as estruturas canônicas ainda não estão bem adaptadas à nova realidade da sociedade humana. Assim mesmo, os bispos de Medellín tinham todos uma ação a nível nacional e além dos limites das nações. Daí a importância conferida por eles à Conferência do Celam, que deveria apoiar a nova realidade.

Os bispos de Medellín querem a liberdade. Querem agir com a liberdade do Evangelho. Nos séculos anteriores, o que se esperava dos bispos era muita cautela, isto é, praticar a diplomacia com muita prudência. Deviam evitar qualquer conflito, e, por isso, preferiam permanecer distantes dos problemas da sociedade em que estavam vivendo. Preferiam não tomar iniciativas até

que o Papa dissesse o que deviam dizer ou fazer. Por isso, preferiram fechar os olhos diante do extermínio dos índios, da escravização dos negros, dos roubos cometidos pelos grandes e da corrupção dos serviços públicos.

Aos olhos do povo, durante séculos, os bispos foram considerados como membros da aristocracia dominante. A formação no seminário não preparava para a coragem, a consciência dos desafios do mundo, o confronto com os poderosos. Muito pelo contrário: preparava para uma atitude de abstenção. Por milagre, alguns se libertaram e prepararam Medellín.

No regime de cristandade, o bom relacionamento das autoridades eclesásticas com as autoridades da sociedade era a base da pastoral. Evitava-se qualquer conflito com as classes dirigentes. Dessa maneira, toda ação pastoral estava limitada, constrangida. Os dirigentes da sociedade tinham, de fato, um direito de veto. Os bispos somente podiam fazer ou dizer o que a eles lhes parecia útil. Aos olhos do povo, a hierarquia estava subordinada aos grandes, que eram também os opressores. Os bispos e os padres legitimavam a situação social e aos pobres se lhes anunciava uma recompensa no céu se estivessem bem submissos. Deus era colocado a serviço dos poderosos.

Alguns bispos não tiveram medo de levantar a voz para dizer o que todos sabiam e ninguém queria reconhecer: denunciaram a opressão dos pobres e criaram maneiras de ajudar a promoção e a libertação dos pobres. Isto criou uma situação insólita, que escandalizou não somente os dominadores, mas todos os que colaboravam com eles e de modo geral todos os brancos. Esses bispos foram condenados, denunciados como malfeitores e bispos traidores da sua missão. Muitos pobres tiveram medo de se aproximarem deles. Assim mesmo perseveraram.

Esses bispos queriam, em primeiro lugar, conquistar a sua liberdade. Medellín é o documento pelo qual os bispos afirmam a sua liberdade frente aos dominadores de sempre. A liberdade tem o seu preço. O preço foi a ruptura com os grandes proprietários, com todas as autoridades políticas que se submetiam a eles e todo o aparelho que morria de medo dos dominadores. O preço foi também o escândalo de colegas do Episcopado que não queriam essa liberdade. O preço era também a pobreza, porque as autoridades iam cortar todas as contribuições. E havia a campanha de difamação pela mídia.

Há outra forma de liberdade que esses bispos conquistaram: a liberdade frente aos leigos. Tradicionalmente, os bispos têm medo dos leigos e por isso tratam-nos com autoritarismo, afirmando logo a sua superioridade.

Eles tinham medo de que leigos viessem para fazerem pedidos ou denunciar situações ou queixar-se de alguns padres. Por isso, negavam-se a lhes dar satisfação, salvo se se tratasse de leigos poderosos, que eram recebidos com todas as honras quando não com servilismo.

Os bispos de Medellín tinham sido formados pela Ação Católica. Sabiam lidar com leigos e estabeleciam com eles relações de amizade e colaboração. Sabiam escutar e levar em conta os pensamentos dos leigos, inclusive dos mais pobres. Acolheram com entusiasmo a doutrina de Vaticano II sobre os leigos. Vencer o medo dos leigos é o sinal da libertação. O clericalismo ainda subsiste apesar de todas as declarações. Porém, o que se diz em Medellín já estava sendo vivido.

Os leigos pobres perderam também o medo e aproximaram-se dos bispos quando viram que a porta estava sempre aberta e sempre eram bem acolhidos. A liberdade de uns desperta a liberdade dos outros.

4. As grandes opções: os pobres e a libertação

Os pobres de Medellín não são os pobres em geral. Não são simplesmente os que pouco têm e sobrevivem com pouco. Antes da conquista, os indígenas já eram po-

bres nesse sentido de carência de bens. E os africanos viviam com pouco. Mas os pobres de Medellín são os filhos dos escravos, os sobreviventes de tribos indígenas que foram destruídas, roubadas e expulsas da sua terra. Os pobres são as vítimas de uma imensa injustiça: o extermínio dos indígenas e o comércio dos escravos. Essas injustiças ainda não foram superadas e ainda estão na base da sociedade atual. Alguns têm tudo porque roubaram tudo, eles ou os seus antepassados.

A opção pelos pobres começa pela denúncia da sua existência, a denúncia da injustiça da qual são vítimas. Supõe reconhecer que são pobres porque foram vítimas e deixar de lado todas as explicações dos poderosos: são pobres porque são ignorantes, preguiçosos, dedicados aos vícios. Tudo isso é consequência da pobreza, mas não explica a sua existência.

Depois disso, a opção pelos pobres significa aproximar-se deles, física e culturalmente. Eles não irão espontaneamente ao encontro da Igreja, salvo por razões tradicionais e quase mágicas: para pedir o batismo ou orações pelos defuntos, motivações mais mágicas do que cristãs. Os bispos de Medellín vão ao encontro dos pobres onde eles moram ou se reúnem.

Os pobres acham que, se um padre se aproxima deles, é para pedir, ou mandar, ou repreender. Os bispos

de Medellín aproximam-se por amizade e de modo totalmente desinteressado, sem pedir nada. Eles vão ao encontro e, depois disso, abrem as suas portas, facilitam o acesso. Suprimem-se as barreiras que antigamente tornavam o acesso a um bispo muito difícil.

A opção pelos pobres inclui uma restituição da dignidade. Tratar os pobres com dignidade e amizade faz com que recuperem coragem, ânimo, capacidade de atuar, vontade de se unir com outros pobres.

Fazer opção pelos pobres exige que o bispo viva também pobremente. Não deve tornar-se miserável, porque os pobres não esperam isso. Mas ter uma vida simples no alojamento, na comida, nos transportes e em todas as inovações tecnológicas de hoje. Dom Hélder vivia na sacristia de uma antiga igreja colonial, almoçava no bar da esquina com os operários, não tinha carro, não tinha empregados nem secretário. Abria as portas da sua sacristia ele mesmo. Ia caminhando para a Cúria. Estava vestido com uma velha batina que lhe permitia esconder um corpo tão magro. Dom Leonidas Proaño tinha um quarto na casa de retiro de Santa Cruz. Era um quarto pequeno, próprio de uma casa muito simples e popular. Comia com os participantes dos encontros, na maioria das vezes indígenas. Estava vestido como um indígena. Não

tinha aparelhos, nenhum objeto de valor. Quando estava em casa, qualquer indígena podia conversar com ele, pois atendia a todos igualmente. Os poderosos da cidade não vinham nunca naturalmente. Não é preciso citar outros exemplos.

A opção pelos pobres consistia em dar apoio aos seus movimentos sociais na reconquista dos seus direitos humanos. Esse compromisso provocava a ira dos poderosos. Esses bispos foram difamados como se fossem guerrilheiros, tivessem depósitos de armas na sua casa, fossem pregadores da violência. Todos foram denunciados como sendo comunistas a serviço da conquista do mundo pela União Soviética. A própria Conferência de Medellín foi denunciada como sendo uma assembléia comunista, onde se discutia a conquista do mundo pelo comunismo. As denúncias eram tão fortes que vários bispos assim denunciados receberam a visita de um visitador apostólico que pensava entrar num antro de bandidos armados.

O próprio dos pobres é que eles não têm ninguém para defendê-los. Estão entregues aos seus opressores. Foi o que aconteceu também com os bispos de Medellín, os mais representativos. Não encontram apoio entre as autoridades e os poderosos. Uma vez que assumem a causa dos pobres, perdem todo o respeito, que antes per-

tência à ordem episcopal. Já não são tratados como bispos, mas como subversivos. Esse é o preço.

Mas a vantagem é o sentimento de liberdade, de poder ser eles mesmos, de não precisar guardar um silêncio obsequioso diante das barbaridades que se cometem. Além disso, encontram a confiança e a veneração do povo humilde, que manifesta tanta gratidão pelo pouco que se pode fazer para eles.

A maior acusação que se faz a esses bispos é que dividem a Igreja. E, desde Roma, essa acusação é permanente. Ora, para não dividir, seria preciso não dizer nada, com o objetivo da aprovação de todos. Essa regra paralisa qualquer movimento. Se não se aceita o debate, inclusive público, a instituição condena-se à esterilidade. Nada pode fazer de novo na sociedade, porque nunca se vai encontrar a unanimidade. Certos bispos sofreram muito porque só encontravam incompreensão por parte de colegas. Mesmo assim sabiam que não podiam desistir.

O segundo tema básico é o de libertação. Ainda não se trata do sentido específico e claro que a libertação vai receber na Teologia da Libertação. Naquele tempo, uma teologia da libertação ainda não existia. Gustavo Gutierrez começou a usar essa definição publicamente em 1966. Mas essa palavra ainda não era parte de um

sistema teológico elaborado como o foi mais tarde, principalmente depois da publicação do livro *Teologia da Libertação*, de Gustavo Gutiérrez, em 1971.

Já que o documento de Medellín usou com certa frequência a palavra libertação, podemos dizer que esse documento dos bispos é o primeiro documento escrito em que aparece um esboço da Teologia da Libertação. O tema da libertação foi introduzido na América Latina com os movimentos políticos e com a primeira tentativa de Fidel Castro em 1954. Camilo Torres deve ter sido o primeiro que introduziu o tema na Igreja.

Nos movimentos sociais de libertação de tipo cubano, a libertação tem por objeto a emancipação do domínio dos Estados Unidos. A história de Cuba tinha sido muito marcada pela dominação dos Estados Unidos, assim como outras ilhas do Caribe.

O grande problema daquele tempo era a libertação pela violência armada, isto é, por movimentos de guerrilheiros, ou então sem violência. No seu discurso inaugural, Paulo VI referiu-se expressamente a esse dilema e rejeitou claramente toda solução violenta, mas insistiu na urgência de transformações sociais.

Falando da violência, o documento explica que a violência libertadora é uma resposta a uma violência ins-

titucionalizada. A sociedade é violenta contra os pobres dominados e explorados. A resposta cristã é uma resposta não-violenta a uma violência permanente das nações latino-americanas.

Diz o documento de Medellín:

A América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, porque as atuais estruturas violam os direitos fundamentais, situação que exige transformações (2. Paz. Parte II).

Um tema importante entrou na dinâmica de libertação pacífica: o tema da conscientização, que veio de Paulo Freire e já estava bastante conhecido em todo o continente. Essa conscientização supõe que o fator principal de uma libertação social é a consciência dos dominados. Se os povos deixam de ser ignorantes, medrosos, submissos passivamente, eles poderão ser os autores da sua libertação. A Igreja tem um papel importante nessa conscientização. O documento expõe longamente os elementos dessa conscientização:

Sua ignorância é uma escravidão inumana. Sua libertação, uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus fanatismos, de sua tendência fa-

talista, de sua incompreensão temerosa do mundo em que vivem, de sua desconfiança e de sua passividade (Educação, I).

Um elemento fundamental da conscientização é a “educação libertadora”, “que transforma o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. A educação é efetivamente o meio-chave para libertar os povos de toda servidão e para fazê-los ascender ‘de condições de vida menos humanas para condições mais humanas’ (*Populorum Progressio*), tendo-se em conta que o homem é o responsável e o artífice principal de seu êxito e de seu fracasso” (*Populorum Progressio*, 13).

A libertação de Medellín não destaca o domínio dos Estados Unidos, mas as diversas formas de injustiça interna dentro das nações latino-americanas. Insiste na importância de formar homens livres que queiram libertar-se. Não destaca os movimentos revolucionários. Trata-os com certa simpatia, mas rejeita categoricamente o seu caminho.

Medellín destaca a palavra injustiça e fala abundantemente em justiça, o que não será o caso mais tarde. Nisto, a mensagem de Medellín é uma contestação da história ulterior.

5. As reações na Igreja

No início, a reação do Episcopado foi claramente favorável, salvo na Colômbia. As conferências episcopais aceitaram com alegria as conclusões de Medellín. Nos anos seguintes, muitos bispos referiram-se ao documento de Medellín para as suas instruções pastorais. Conforme já foi referido anteriormente, José Marins publicou uma seleção de textos pastorais publicados na América Latina, que confirmam as teses de Medellín.

No povo católico, houve uma grande aceitação muito criativa. Medellín foi a referência das comunidades eclesiais de base e de muitas organizações sociais, suscitando muitas iniciativas e fornecendo razões de viver a muitos sacerdotes que estavam num início de crise. Além disso, Medellín justificou a participação de sacerdotes, religiosos e religiosas nas lutas sociais. Sobretudo muitos bispos mudaram o seu estilo de vida e deixaram tudo o que era principesco. Muitos sacerdotes fizeram a mesma coisa. Bispos, religiosos e religiosas foram morar no meio dos pobres, embora essa reação não fosse unânime. As religiosas foram as mais entusiasmadas

Em muitos lugares, apareceu a consciência de que a Igreja realmente se fazia a voz dos pobres, e era em vá-

rios lugares a Igreja dos pobres. Todos aqueles que já estavam comprometidos nesse caminho acharam uma aprovação e um estímulo nessas conclusões de Medellín.

Na Europa e na América do Norte, a Conferência de Medellín foi muito bem acolhida por todas as organizações comprometidas com o Terceiro Mundo e, de modo particular, com a América Latina. Tiveram o sentimento de que uma nova Igreja estava surgindo, livre da poeira dos séculos, renovada e ativa.

Em Roma a reação foi diferente. Em primeiro lugar, o cardeal Samoré, que era o co-presidente designado pelo Papa, não conseguiu impedir que as conclusões fossem distribuídas aos meios de comunicação sem passar por uma revisão romana. Ele foi duramente castigado. Estava desesperado depois da Conferência, porque podia adivinhar a reação que encontraria em Roma.

A Cúria Romana decidiu articular uma estratégia para destruir o efeito de Medellín. A peça principal era mudar o Celam. Medellín foi preparado e orientado pelo Celam. Era preciso destruir esse Celam, recuperar a direção, expulsar todos os homens que tinham preparado ou contribuído com Medellín. Souberam escolher o homem-chave dessa reação, o jovem sacerdote Alfonso López Trujillo, que acabava de fazer uma tese sobre Marx (ou

contra Marx). O homem era dinâmico, uma máquina de trabalho, ambicioso, combativo, agressivo, audaz e decidido a aproveitar essa oportunidade para fazer carreira, o que conseguiu fazer.

Na assembléia ordinária de Sucre, em 1972, o Celam devia renovar a sua presidência. Houve uma intervenção peremptória do nuncio, apoiado por não se sabe quem. O nuncio disse que o Papa queria que Pironio fosse presidente e Alfonso López Trujillo, secretário geral. Os bispos foram tomados de surpresa e se inclinaram.

Pironio era um santo bispo argentino, mas fraco. Era evidente que quem mandaria seria Alfonso López, o que realmente aconteceu. Este dirigiu de fato o Celam durante 10 anos, primeiro como secretário geral e depois como presidente. Alfonso Lopez ainda era jovem. Tinha sido nomeado bispo auxiliar de Bogotá no meio de muita oposição dos católicos. Por injunção romana, foi feito imediatamente secretário da Conferência Episcopal e, logo em seguida, secretário-geral do Celam. Ninguém o conhecia. Mas ele se deu a conhecer em poucos dias.

Alfonso López suprimiu imediatamente os institutos fundados pelo Celam anterior (pastoral, liturgia, catequese). Fundou um único instituto, que deixou em boas mãos conservadoras. Dispensou os colaboradores e criou uma nova equipe. Para destruir Medellín, usou sobretudo

dois caminhos. Primeiro, foi a luta mortal contra a CLAR, que não devia obediência ao Celam. Os religiosos da CLAR foram fiéis a Medellín durante muitos anos, até que foram também desmantelados em Roma. A CLAR foi acusada de todos os desvios que se pode imaginar.

Em segundo lugar, Alfonso López dirigiu uma imensa campanha de difamação, denunciando o marxismo nas comunidades de base, nos movimentos bíblicos e na teologia latino-americana. Nessa época de Guerra Fria, a acusação de marxismo era mortal.

A campanha de difamação de Alfonso López encontrava circunstâncias favoráveis. Os novos governos militares eram muito sensíveis à acusação de marxismo. As elites locais tinham medo de uma Igreja que tinha abandonado o seu papel tradicional de legitimação da situação social. Não era difícil que identificassem essa Igreja com o marxismo.

Por outro lado, os próprios serviços de informação dos Estados Unidos já tinham detectado na Igreja de Medellín uma presença forte do marxismo, como consta do famoso relatório de Nelson Rockefeller. A Igreja de Medellín era o inimigo na praça e era preciso eliminar esse inimigo.

No Brasil, a campanha de difamação permaneceu limitada, porque a CNBB não se deixou comover pelas

denúncias dos militares e não aceitou as denúncias de marxismo, mas em outros países a repercussão foi terrível: por exemplo, na Argentina, no Chile, no Uruguai, e também na América Central, onde a dominação dos Estados Unidos era mais forte.

Foi nessas circunstâncias que Alfonso López preparou a Conferência de Puebla, com a intenção de que fosse a última pá de terra para sepultar definitivamente a Igreja de Medellín. Ele ainda não controlava todos os episcopados: havia resistências fortes no Brasil, no Chile, no Peru e em pequenas minorias de outros países. Ainda havia muitos defensores de Medellín.

Os primeiros documentos preparatórios de Puebla eram tão excessivos e tão simplórios que suscitaram fortes reações. Alfonso López viu que tinha exagerado as suas próprias forças. Assim mesmo, a Conferência abriu-se num ambiente de muito temor.

Ainda pouco se sabia do novo Papa, mas se sabia que vinha de Polônia e devia ser muito marcado pela luta contra o marxismo.

Os bispos argentinos chegaram num avião da aeronáutica militar da Argentina. Não era um sinal muito favorável.

6. A reação na sociedade latino-americana

A reação da sociedade latino-americana foi muito marcada pelos novos regimes militares de segurança nacional, violentamente anticomunistas e dispostos a perceber o comunismo em qualquer forma de discussão ou de resistência.

A reação negativa dependeu de cada país. A mais forte foi na Argentina, em que milhares de militantes cristãos foram mortos, além de dois bispos. Também no Chile a reação foi muito forte, embora a Vicaria de Solidariedade tenha sido um sinal de resistência. No Brasil, houve muitas campanhas de difamação na mídia, mas a repressão sobre as pessoas foi menor que em outros países.

A repressão foi menos forte no Peru ou no Equador, porque o regime militar foi menos duro e inclusive assumiu algumas formas de reforma social. A repressão foi terrível na Guatemala, El Salvador, Honduras. Foi talvez a pior de todas e ainda não acabou. No entanto, foi no Equador que houve o sinal mais visível da reação contra Medellín. Em 1976, em Riobamba, a polícia prendeu em torno de 60 pessoas reunidas em Santa Cruz. Entre elas, havia 17 bispos. Todos foram conduzidos a Quito e

foram presos num quartel. A prisão durou somente um dia porque havia no meio quatro bispos chicanos de nacionalidade dos Estados Unidos e o embaixador interferiu. Foi a única vez em que foram presos 17 bispos ao mesmo tempo. Era um grupo de bispos que queriam manter a fidelidade a Medellín.

7. Puebla e depois de Puebla

A Conferência de Puebla saiu melhor do que se pensava. O início foi terrível, uma vez que o discurso inaugural do Papa parecia condenar a cristologia, a eclesiologia e a doutrina bíblica nascidas de Medellín. Na mente do Papa era uma condenação. Os teólogos fora do recinto espalharam a sua explicação dizendo que concordavam com essas condenações, mas que elas não se referiam a América Latina. No dia seguinte, o discurso do cardeal Lorscheider, presidente do Celam, suavizou o alcance do discurso do Papa. Além disso, depois de três dias, Alfonso López Trujillo, que era secretário-geral, precisou permanecer ausente de tal modo que a organização da Conferência foi feita somente sob a direção de Dom Luciano Mendes de Almeida.

No documento de Puebla, muito extenso, há partes muito ruins, insignificantes, e partes muito boas, que retomam as linhas de Medellín. Na interpretação ulterior, somente permaneceram na memória os bons textos que explicitam a opção pelos pobres e a libertação de todas as injustiças. Na tradição histórica, Puebla ficou como confirmação de Medellín, embora na realidade houvesse muitos sinais de oposição, mas que não conseguiram formular-se. A identificação foi tão forte que os inimigos de Medellín reagiram negativamente contra Puebla. As duas conferências ficam associadas historicamente.

Na realidade, Puebla foi como o canto do cisne da libertação dos pobres e da Igreja no meio dos pobres.

Dois circunstâncias deram à história uma orientação radicalmente diferente. Depois da temporada revolucionária dos anos 1960, o mundo entrou em outro caminho e na década seguinte a Igreja também mudou de rumo. Os dois fenômenos apoiaram-se mutuamente.

Em Puebla, começou o longo pontificado de João Paulo II. Este mudou a história da Igreja. Todas as novidades de Vaticano II foram apagadas, e o Papa levou a Igreja à antiga disciplina. As estruturas e o modo de agir voltaram a ser pré-conciliares e foram às vezes mais reacionárias do que antes do Concílio.

O Papa governou a Igreja com mão-de-ferro. Mudou o Episcopado criando uma nova geração de bispos alheios aos problemas sociais e caracterizados pela sua fidelidade rigorosa ao direito canônico. O Papa fez uma nova edição do direito canônico, que é uma expressão do primeiro com algumas flores de literatura. Nada do Concílio entrou no direito canônico. O Papa publicou um novo Catecismo, que não deixa espaço para a reflexão teológica, para a investigação histórica ou o recurso às ciências humanas. Ele próprio publicou uma multidão de documentos que oferecem a visão ortodoxa de todos os problemas do mundo.

O clero foi afastado da política, porque somente o Papa fazia a política. A sua política era rigorosamente anticomunista, entrando na dinâmica da guerra fria. Depois da queda do comunismo na Europa, o Papa orientou toda a sua política na luta pela doutrina católica sobre o matrimônio e o sexo. Todos os católicos foram mobilizados para uma luta perdida de antemão, porque o Papa não aceitou reconhecer que a Igreja já não era mais a força política dominante.

Na América Latina, o Papa aceitou todas as denúncias de marxismo que lhe eram apresentadas. Proibiu que o clero se metesse nos problemas sociais. Ficou fa-

mosa a sua intervenção na Nicarágua sandinista. Em Cuba, ele pensou que ia abalar o regime, mas nada conseguiu. Historicamente, ficará como o vencedor do comunismo, mas também como o Papa que desmobilizou os católicos, querendo jogá-los em batalhas perdidas.

Os novos bispos voltaram ao tipo antigo de formação sacerdotal. Os padres foram preparados para a paróquia longe dos problemas do mundo. O modelo sacerdotal pós-tridentino foi confirmado. O novo clero fica alheio ao mundo, muito apegado às formas litúrgicas antigas e às devoções tradicionais.

Na América Latina, os pobres foram abandonados e praticamente entregues às Igrejas pentecostais ou neopentecostais, que estão crescendo sem que ninguém consiga frear a sua expansão.

Na Cúria Romana, o Papa colocou os cardeais mais reacionários que havia, fazendo da Cúria um muro impenetrável, inacessível, ao mundo contemporâneo.

Quanto à pastoral, o Papa desconfiou dos religiosos e colocou toda a sua confiança nos novos movimentos. Simbolicamente, promoveu o *Opus Dei*, mas valorizou movimentos como os Focolarinos, Comunione e Liberazione, os neocatecumenais. Todos são movimentos burgueses sem acesso ao mundo popular.

Tudo isso é o contrário de Medellín. Medellín permaneceu na memória dos velhos, mas ficou progressivamente esquecido pelos outros.

O Papa conseguiu impedir que houvesse movimentos de contestação ou de crítica. Conseguiu a calma total. Mas perdeu a classe média e os intelectuais na Europa e está perdendo o mundo intelectual na América Latina. A Igreja fica refugiada em movimentos reacionários que se apegam ao passado, separando-se do movimento cultural do seu tempo. É a retomada da política definida depois da Revolução Francesa por Gregório XVI e Pio IX. A heresia desapareceu, mas 150 teólogos foram castigados. Quem entre os jovens com menos de 40 anos leu o documento de Medellín?

A segunda circunstância é o advento da sociedade neoliberal dentro do contexto da nova globalização. Este movimento começa nos anos 1970, cresce e se torna força dominante nos anos 80 e triunfa nos anos 90. Atualmente, já começou uma época de crise do modelo.

O fato dominante é a concentração do capital, de toda a máquina de produção de consumo e de transporte por empresas multinacionais que fusionam e criam supergigantes e que procuram o monopólio mundial. Tudo isso foi possível graças ao progresso das comunicações e ao descobrimento da informática, que se condensam

num aparelho bilhões de informações. Desde um edifício pequeno, um grupo pode governar centenas de empresas e transferir o capital de um lado ao outro do mundo instantaneamente.

Esse sistema gerou uma ideologia que apresenta esta evolução como a solução a todos os problemas da humanidade e como a única alternativa possível.

A conseqüência é a redução do trabalho manual e do número de operários, a criação de uma nova classe de trabalhadores que manipulam os computadores, a concentração do capital, que se torna a força econômica dominante, a concentração do poder econômico. Desde então, há uma pressão para baixar os salários inferiores e para agigantar as rendas dos altos executivos.

Os movimentos sociais tornam-se insignificantes porque não conseguem mais formar uma força política entre os trabalhadores divididos em categorias separadas. As forças econômicas multinacionais conseguem dominar os Estados, sobretudo os Estados fracos, obrigados a aceitar o seu programa.

A democracia fica esvaziada, porque as decisões importantes são tomadas por centros financeiros mundiais ou multinacionais.

Aparece um pensamento único divulgado pela mídia, sobretudo pela TV e cada vez mais pela internet. Pre-

domina uma atitude de fatalismo: não há nada que se possa fazer! Porém, a nova cultura única multiplica os divertimentos.

Na América Latina, a entrada do sistema neoliberal coincidiu com o fim dos regimes militares. As forças econômicas já eram tais que não precisavam mais dos militares. O sistema econômico conseguiu destruir os movimentos sociais e controlar a mente dos trabalhadores pela TV. As elites dispensaram os militares.

Muitos pensavam que o fim dos regimes militares seria o advento da democracia. As ilusões não duraram muito. Na década dos 1990, o neoliberalismo triunfou em todos os países, e os movimentos sociais foram reduzidos à impotência. O mundo intelectual não conseguiu formular uma alternativa para a economia. Reapareceram as formas democráticas, mas sem conteúdo, porque as decisões são tomadas fora do sistema legal democrático.

Muitos ex-militantes foram desanimados. Foi uma verdadeira avalanche incontrolável. Medellín ficou como lembrança de um mundo de fantasia.

Na América Latina, a Assembléia de Santo Domingo manifestou a dominação das duas circunstâncias, o pontificado de João Paulo II e o advento do neoliberalismo. A Conferência não conseguiu dizer nada que pudesse ser significativo ou mostrar rumos para a sociedade.

8. Aparecida

A Conferência de Aparecida proclamou o retorno a Medellín e Puebla. Que significa essa proclamação? Será algo mais do que uma pura cortesia? Acho que sim. Há um começo de consciência de estancamento depois do longo pontificado de João Paulo II. Reina a disciplina, reina a ortodoxia, mas a Igreja Católica perde muitos membros e as Igrejas evangélicas progridem de modo acelerado. A Igreja das dioceses e das paróquias não penetra na sociedade e na cultura, salvo poucas exceções. A força material da Igreja é grande: universidades e faculdades, TV católica, publicações. Mas esse aparelho impressionante não parece convencer muito as novas gerações. Dos milhões de estudantes que freqüentam faculdades católicas, quantos descobrem Cristo nessa faculdade?

A Igreja deixou de ser missionária. Por quê? Por falta de organização missionária? Ou por que não tem nada para oferecer às novas gerações? Temos uma Igreja pura, mas insignificante. Aparecida convoca para uma grande missão. Mas qual será a mensagem dessa missão? Qual será a mensagem capaz de chamar a atenção pelo menos de uma elite espiritual? Porque procuram tanto uma espiritualidade fora da Igreja católica?

Estão aparecendo pequenos grupos que procuram essa espiritualidade fora dos quadros oficiais, mas sem rejeitá-los.

Medellín e Puebla foram sinais que tornaram a Igreja muito visível. Naquele tempo, a Igreja era importante na sociedade. Seria saudades daquele tempo?

Lembre-mos: Medellín foi preparada por mais de 10 anos de experiências pastorais novas com homens e mulheres novos em torno de bispos proféticos. Aparecida não conheceu essa preparação. Enunciou um programa missionário para o qual não está preparada. Cabe a nós preparar a próxima Conferência Geral?

Cadernos Teologia Pública: temas publicados

- Nº 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- Nº 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- Nº 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- Nº 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, O. F. M.
- Nº 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- Nº 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- Nº 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- Nº 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- Nº 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- Nº 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- Nº 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- Nº 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- Nº 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- Nº 14 – *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- Nº 15 – *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- Nº 16 – *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- Nº 17 – *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- Nº 18 – *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- Nº 19 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- Nº 20 – *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- Nº 21 – *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- Nº 22 – *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- Nº 23 – *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

- Nº 24 – *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- Nº 25 – *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 – *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 – *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 – *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 – *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 – *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 – *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 – *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 – *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 – *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 – *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes



O Padre **Joseph Comblin** nasceu em Bruxelas (Bélgica). Foi ordenado sacerdote em 1947 e doutorou-se em Teologia, pela Universidade Católica de Louvaina em 1953. Desde 1958, vive na América Latina, exercendo intensa atividade pastoral e teológica, lecionando Teologia em diversos lugares, dando conferências em diversos lugares e eventos, assessorando movimentos e pastorais sociais. Comblin é autor de uma grande quantidade de livros e artigos de Teologia e pastoral, muitos deles traduzidos em diversas línguas. É considerado hoje um dos principais teólogos da libertação e é mestre de várias gerações de teólogos, sacerdotes, religiosos e religiosas, leigos e leigas. Desde 1995, fixou sua residência na Casa de Retiros São José, em Baieux, Paraíba.

Livros mais recentes do autor

COMBLIN, Joseph. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Um novo amanhecer?* Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O Caminho – Ensaio sobre o seguimento de Jesus*. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Quais os desafios dos temas teológicos atuais?* São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *O que é a verdade?* São Paulo: Paulus, 2005.

_____. *A vida em busca da liberdade*. São Paulo: Paulus, 2007.